

---

**Ata da Assembleia Geral Ordinária da  
Associação Portuguesa dos Arquitectos Paisagistas**

---- No dia vinte e cinco de Novembro do ano de dois mil e vinte e três, às nove horas e trinta minutos, reuniu na sede da APAP, na Tapada da Ajuda, 33, em Lisboa, e com ligação para a possibilidade de participação por videoconferência enviada a todos os Associados, a Assembleia Geral Ordinária da associação de direito privado denominada “**ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DOS ARQUITECTOS PAISAGISTAS**”, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o número único de matrícula e pessoa colectiva 501 821 457, com sede na Tapada da Ajuda, 33, em Lisboa. -----

---- Não estando reunido o quórum necessário para que a Assembleia pudesse deliberar em primeira convocatória, o início da reunião foi adiado por trinta minutos, iniciando-se a mesma, em segunda convocatória, pelas dez horas. --

---- A Assembleia foi regularmente convocada nos termos legais e estatutários, sendo os seguintes os pontos da ordem de trabalhos constantes da Convocatória enviada a todos os Associados: -----

**Ponto Um:** Deliberação sobre o Plano de Actividades de 2023 e Proposta de Orçamento para o ano de 2024; -----

**Ponto Dois:** Ratificação do valor da quota de 2024; -----

**Ponto Três:** Deliberação sobre o futuro da APAP. -----

---- Na impossibilidade da presença na abertura da Assembleia Geral da 2.<sup>a</sup> Secretária, Arq.<sup>a</sup> Paisagista Helena Barros Gomes, por motivo de força maior, a associada n.º 660, Inês Jardim, assumiu como 2.<sup>a</sup> secretaria da Mesa na presente reunião, conforme previsto no artigo 21.º, n.º 2 alínea a) dos Estatutos. -----

# ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DOS ARQUITECTOS PAISAGISTAS

N.I.P.C. 501 821 457  
Tapada da Ajuda, n.º 33  
1349-017 Lisboa

- À hora marcada para a segunda convocatória, encontravam-se presentes 30 membros, dos quais 14 participaram por videoconferência, conforme lista de presenças organizada no início da presente Assembleia que fica arquivada na Pasta de Documentos de Apoio ao Livro de Actas da Assembleia Geral, pelo que a Assembleia se encontrava em condições de poder deliberar validamente, em segunda convocatória. -----
- O Arq.º Paisagista Jorge Cancela, presidindo à Mesa da Assembleia Geral deu início aos trabalhos pelas 10h00, constatando a conformidade da convocatória e a disponibilização de um link para a participação remota, recordando e salientando a importância dos três pontos da convocatória, destacou o terceiro pelo impacto no futuro associativo. -----
- Foi ainda solicitado a cada participante (presencial e online) a indicação do seu nº de associado para registo de presença e verificação da regularidade da sua quotização e capacidade de exercício dos seus direitos de associado, nomeadamente a capacidade de voto nas deliberações a tomar. -----
- Feita esta conferência, o Presidente da Mesa começa o **Ponto 1** passando a palavra ao Presidente da Direção para apresentar o Relatório de Actividades relativo ao ano de 2023. João Ceregeiro fez um breve prólogo, referindo que a documentação foi antecipadamente remetida aos associados, considerando dispensável reler o documento, e concedendo a palavra aos associados para dúvidas ou questões que estes documentos possam ter suscitado. -----
- Foi colocado em partilha online e projectado na sala da reunião o documento do Orçamento Previsional para 2024, tomando a palavra a Tesoureira, Paula Farrajota, que apresentou o mesmo. -----
- Começando pela componente da receita, constatou que a quotização e a emissão de declarações representam 75% da receita da APAP, as acções de formação e a prestação de serviços prevê-se que representem 12%, provindo o restante da devolução de IVA, Patrocínios e venda de publicações. No total está prevista uma receita no valor de 150.000€. -----
- No respeitante às despesas os Fornecimentos e Serviços Externos representam cerca de 50% da despesa e os Gastos com Pessoal 65.000€

- cerca de 44% do orçamento, que totaliza 147.680€, resultando um saldo positivo previsto de 2.320€. -----
- Foi referido que os custos foram ajustados à inflação, que a quota da IFLA também subiu um pouco e verifica-se um decréscimo com os gastos de pessoal pois a Elenira vai-se reformar em Junho. -----
- Jorge Abelho pediu um esclarecimento relativamente ao apoio da CM Lisboa. Paula Farrajota referiu que a CM Lisboa disponibiliza 6.000€/ano por troca de serviços prestados pela APAP à CML, por exemplo dois encontros organizados pela APAP, Visitas, participação em júris de concursos, resultante de um protocolo estabelecido entre a APAP e CM Lisboa. -----
- Carlos Dias acrescentou que o valor da CM Lisboa não é um apoio à renda, a Direção tem assumido esse valor como um valor que corresponde à renda e assegura a renda. Paula Farrajota esclareceu que, de facto, este protocolo surgiu na sequência do pedido de um espaço para sede à CM Lisboa, corresponde sensivelmente à despesa anual com o arrendamento da sede e tem sido usado para esse efeito, mas o valor concedido fundamenta-se na contrapartida de prestação de serviços pela APAP. -----
- Margarida Cancela d'Abreu perguntou se se justifica a despesa de 15.000€ para apoio jurídico. -----
- Presidente esclareceu que este investimento foi inicialmente muito interessante. Neste momento, havendo já uma série de FAQs esclarecidas e muito trabalho adiantado, será talvez de alterar da avença para uma contratação à peça. -----
- Margarida Cancela d'Abreu louva todo o trabalho feito. Recorda a dificuldade em ter publicações em inglês, sugere que haja sempre o cuidado de fazer as publicações bilingues. -----
- O Presidente da Direção esclareceu que A Árvore esteve para ser bilingue, mas acabou por avançar em português, estando agora a concluir-se a edição em inglês. -----
- Foi votado e aprovado por unanimidade o Ponto 1: Plano de Actividades de 2023 e a Proposta de Orçamento para 2024. -----

- ---- Presidente da Mesa da Assembleia-Geral, Jorge Cancela, passou ao **Ponto 2**, dando a palavra ao Presidente da Direção. -----
- João Ceregeiro recordou que na Assembleia-Geral de 27 de em Abril de 2023 foi aprovada a fórmula de actualização da quota, esclarecendo que o que se coloca agora à aprovação da Assembleia-Geral é o valor proposto para a quota de 2024, que resulta desta fórmula, agradecendo ao colega Carlos Ribas a nota explicativa proposta. -----
- Margarida Cancela d'Abreu, reforçou a opinião que já tinha manifestado na Assembleia-Geral anterior, de que os funcionários públicos não deveriam ser discriminados positivamente, pois têm a segurança de um vencimento. -----
- Maria Aragão esclareceu que está previsto um desconto de 50% para os funcionários públicos que não elaboram projectos. Paula Simões esclareceu a razão da discriminação positiva adveio da manifestação de muitos colegas funcionários públicos que sentiam que não era justo pagar o mesmo não executando projectos, temendo-se que pudessem vir a deixar de ser associados. -----
- Francisco Caldeira Cabral pediu um esclarecimento e foi prestado que a redução aos funcionários públicos é apenas para aqueles que não executam projecto, caso o façam pagarão a quota por inteiro, conforme esclareceu Paula Simões. -----
- Jorge Cancela esclareceu que o que está neste momento em votação é apenas o valor da quota para 2024. Feita a votação, registaram-se dois votos contra, 2 abstenções, sendo o valor aprovado por maioria. -----
- Dando início à discussão do **Ponto 3**, Jorge Cancela passou a palavra a João Ceregeiro. -----
- João Ceregeiro explicou a preocupação que vem de há décadas, de a APAP ser apenas uma Associação Privada ou ser Associação Pública, ou seja, uma Ordem. Temos décadas de trabalho de tentativa de levar à discussão esta questão junto de entidades, parlamento, autoridades, etc. -----
- Temos esbarrado numa resistência por parte da administração. Há 4 anos surgiu alguma esperança e superámos alguns obstáculos, mas no final,

verificamos que os partidos no arco do poder não têm interesse em prosseguir com este processo, entendendo a pertinência, não lhes parece oportuno essa iniciativa. -----

---- Houve também uma articulação com a DGERT, de onde se esperava que viesse um apoio inequívoco à nossa pretensão. Num primeiro momento a DGERT reconheceu a injustiça da situação, mas nunca assumiu claramente um entendimento sobre a condição da APAP. -----

---- Por outro lado, a Ordem dos Arquitectos, mostrou em 2018, numa votação, que havia abertura por parte da Ordem dos Arquitectos para acolher os Arquitectos Paisagistas, não foi votado, mas foi bem acolhida uma moção no sentido da fusão das profissões numa ordem. -----

---- Assim, a Direção põe à consideração dos associados se faz sentido prosseguir um contacto neste sentido com a Ordem dos Arquitectos, ou se se entende que não deve ser seguido este caminho. Trata-se apenas de iniciar um caminho neste sentido, ou de perceber se nem o devemos iniciar, pois se entende que é uma iniciativa que não deve ser tomada pela Direção sem o apoio dos associados. -----

---- Jorge cancela recordou que, no tempo da sua presidência da Direção, houve uma abordagem feita à Ordem dos Arquitectos no sentido de entender se havia oposição da Ordem dos Arquitectos a que nascesse uma Ordem dos Arquitectos Paisagistas. -----

---- Nessa abordagem, foi bem acolhida a pretensão de sermos uma ordem independente, e manifestado não haveria oposição por parte da Direção da Ordem dos Arquitectos ou dos seus Órgãos. -----

---- Ficando assim ao nosso critério seguir um ou outro caminho. No congresso de 2018 foi votado, por larga maioria, que não há qualquer obstáculo a alargar a Ordem dos Arquitectos aos arquitectos paisagistas. Assumindo-se que terá de ser Ordem dos Arquitectos e dos Arquitectos Paisagistas. -----

---- Isto ocorreu antes da pandemia, entretanto os melhores contactos que tínhamos na Assembleia da República não foram reeleitos. -----

# ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DOS ARQUITECTOS PAISAGISTAS

N.I.P.C. 501 821 457  
Tapada da Ajuda, n.º 33  
1349-017 Lisboa

- 
- No congresso dos Açores, aquela ideia voltou a ser reforçada. Portanto este caminho está aberto do lado da Ordem dos Arquitectos. Resta agora saber se a nós nos interessa. João Ceregeiro reforça que há 3 caminhos – Ordem em conjunto, Ordem autónoma e a Associação, tal como estamos. Considera este tema extremamente sensível e não quer avançar sem haver um apoio claro dos associados. -----
- Margarida Cancela d'Abreu pediu a palavra para contextualizar a questão. Referiu que a legislação de Ordenamento do Território e do urbanismo refere várias vezes que deve haver intervenção do Arquitecto Paisagista. No entanto o governo, a DGERT, demitem-se de regulamentar a profissão. A DGERT tem a obrigação de regulamentar a profissão. A posição da DGERT é inadmissível.-----
- Da parte do governo fomos sempre remetidos para a Assembleia da República. -----
- A Ordem dos Arquitectos tem nos seus actos próprios vários actos próprios dos Arquitectos Paisagistas. A constituição de uma câmara é uma solução que existe na europa, nomeadamente na Alemanha. Os arquitectos têm assumido que são duas profissões com muitos pontos em comum, mas distintas. -----
- Teresa Andresen agradeceu as intervenções e confirma o que foi dito, agradeceu à Margarida Cancela d'Abreu todo o trabalho que fez na IFLA Europa. Sempre se opôs a esta solução, mas perante o que ouviu e a abertura que surge por parte dos arquitectos, entende poder rever esta posição. Esta solução de ser um colégio ou uma câmara, é sempre uma subalternização, mas se for a Ordem de ambos, é um posicionamento distinto. Parece ser um caminho a seguir para estar em pé de igualdade para discutir os actos próprios. No entender de Teresa Andresen a associação (APAP), com a integração na Ordem, seria para extinguir, até para ser claro o nosso posicionamento. -----
- Inês Jardim recorda que há um estudo de Janeiro de 2014, que a legislação saiu na altura que permitia a uma Ordem representar duas profissões. Ordem própria não se conseguiu e em alternativa a um colégio podíamos ter uma ordem de duas profissões. Isto é legalmente possível. -----
- Carlos Ribas agradeceu a discussão e deixou 3 pontos: -----

# ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DOS ARQUITECTOS PAISAGISTAS

N.I.P.C. 501 821 457  
Tapada da Ajuda, n.º 33  
1349-017 Lisboa

---

---- Em primeiro lugar, relativamente aos descontos para funcionários Públicos, ironizou que no futuro e no Portugal ideal, seremos todos Funcionários Públicos. Em segundo lugar, não sabemos o que pensa a nova Direção da Ordem dos Arquitectos, podendo divergir de posições anteriores, não tendo para já posição publica sobre o assunto – pelo que não sabemos o que nos espera. Por fim, em 2023 continuamos a ter que explicar a toda a gente o que é, e o que faz, um Arquitecto Paisagista. Passados estes anos continuamos irrelevantes e por isso o estado nos consegue tratar com o desprezo que trata. No parecer da DGERT afirmava que havia duas ilegalidades, no facto de a profissão não estar regulamentada por um lado e no facto da APAP estar a reconhecer a capacidade de exercer. No entanto a DGERT nada fez e nada faz no sentido de resolver estas questões, pelo que sugeriu que a APAP avançasse com um processo contra a DGERT. -----

---- Margarida Cancela de Abreu entende que se devia apresentar uma queixa à tutela da DGERT. -----

---- Henrique Tato Marinho referiu que não se revê nesta modelo de Ordem dos Arquitectos e Arquitectos Paisagistas. Recordou que quando presidiu à Direção da APAP, há uns anos, também liderou este processo junto da AR, junto das Ordens dos Arquitectos e dos Engenheiros. Bom acolhimento, manifestaram todo o apoio à nossa pretensão, mas sem resultados. A APAP, é bastante reconhecida e muitas vezes tratada como se fosse uma Ordem. Embora reconheça que estaremos porventura a perder alguma força. Uma Ordem conjunta parece-lhe utópico, os arquitectos são os nossos maiores “inimigos” e vemos a intervenção. Revê-se mais nas afinidades com os engenheiros. Entende que numa Ordem conjunta, francamente em minoria, não teremos capacidade de influência, acreditando mais numa solução autónoma. -----

---- Jorge Abelho – admitindo que a Ordem conjunta seja uma utopia, a constituição duma Ordem dos Arquitectos Paisagistas neste momento é igualmente utópica. Os grandes partidos não têm interesse em contrapoderes. A APAP tem menos de 700 associados activos, a Ordem dos Arquitectos tem

cerca de 20.000 associados. Mas podemos tentar explorar essa via, e esperar que possa trazer vantagem, não para os Arquitectos Paisagistas apenas, mas para o país, porque uma Arquitectura Paisagista mais forte é do interesse da sociedade. Entende que o nosso apoio jurídico deve ter um papel mais incisivo junto da DGERT. Deixando expresso que é a favor desta integração, com as devidas cautelas. -----

---- Claudia Fernandes referiu que não tem uma posição segura sobre a melhor via a seguir, mas partilhou que tem leccionado introdução à Arquitectura Paisagista na Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto. Os estudantes têm muito interesse e curiosidade, mas pressupõem que de uma cadeira opcional iriam ficar aptos a executar projectos de Arquitectura Paisagista. A colaboração é imprescindível, e se fosse uma relação de igualdade seria sem dúvida bom, mas dado o desequilíbrio de forças, fica a dúvida do que resultará. -----

---- Jorge Cancela recordou que ele, Graça Saraiva e Leonel Fadigas também tem tido igual participação no ensino a Arquitectos. -----

---- Teresa Leal Ferreira, complementando a última intervenção refere que tem tido encontros desagradáveis com arquitectos nos últimos anos. Tem visto declarações da Ordem dos Arquitectos de capacidade dos arquitectos para executar projectos de Arquitectura Paisagista. -----

---- Carlos Ribas, respondendo a Henrique Tato Marinho, reconhece uma animosidade histórica e recorda que nos últimos anos, aqueles que eram actos próprios e preocupações historicamente nossos foram apropriados por políticos, empresas, e outras profissões. Que apresentam como grandes novidades aquilo que defendemos há décadas. Por um lado, é uma vitória que estes princípios se tenham tornado universais, por outro lado temos sido ultrapassados por esta conjuntura. Tornou-se um mercado interessante e todos se tentam apropriar do mesmo. -----

---- As empresas recorrem a jovens Arquitectos Paisagistas para validar junto dos municípios o trabalho desenvolvido por biólogos, engenheiros do ambiente e outros. -----

# ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DOS ARQUITECTOS PAISAGISTAS

N.I.P.C. 501 821 457  
Tapada da Ajuda, n.º 33  
1349-017 Lisboa

---

- Os arquitectos estão irmanados connosco na tentativa de defender que as intervenções devem ter uma conceptualização arquitectónica e não podem ser apenas feitas por engenharia naturalística. -----
- Carlos Dias também evoluiu na sua opinião. Em tempos com Pedro Brandão havia resistência. Agora há um ambiente mais favorável. Os arquitectos foram quem nos deu trabalho nos últimos 25 anos. E se estamos nalguns fóruns de decisão, estamos porque os arquitectos nos chamaram para estes. Defende que se siga o caminho da aproximação. -----
- Graça Saraiva – a actualidade e pertinência da nossa profissão, que não se esgota no projecto, e gostaria de puxar mais à relação com várias profissões e multidisciplinaridade. Também tem “mixed feelings” sobre esta junção. Na academia há imensos trabalhos de Arquitectura Paisagista com interesse e a necessidade de fazer uma resenha dos trabalhos de doutoramento que se tem feito nas nossas universidades e noutras. -----
- Mauro Raposo reforça o interesse da recolha de obra científica, sugere o complemento da árvore com o *Prunus lusitânica*. -----
- Jorge Cancela, em resumo, conclui que há um apoio geral da Assembleia Geral à Direção no sentido de que se prossiga este caminho exploratório. Não sendo ainda uma decisão no sentido de formar uma Ordem Conjunta. -----
- Catarina Dias pergunta em que moldes seria feita essa integração. -----
- João Ceregeiro esclarece que ainda não estão definidos, teremos que discutir e acertar um modelo e algumas prerrogativas essenciais. -----
- Jorge Cancela esclarece que não será na forma de um colégio ou câmara, mas em ordem de igualdade, e nessa perspectiva que se iniciam as conversações. Em termos de órgãos, não podendo ter uma preponderância, teremos que ter um peso para além da mera proporcionalidade. O trabalho seguinte será discutir o figurino e as competências. Uma das questões essenciais é a definição dos actos próprios (que já foi feito) e que tem de ser acertada com a Ordem dos Arquitectos. -----
- Margarida Cancela de Abreu refere que para além dos actos próprios, há que salientar que trabalhamos em áreas de risco – costeiro, de cheias, de

# ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DOS ARQUITECTOS PAISAGISTAS

N.I.P.C. 501 821 457  
Tapada da Ajuda, n.º 33  
1349-017 Lisboa

---

incêndio, etc. – os actos próprios deveriam ser actualizados. Insiste na proposta de uma queixa da DGERT ao Ministério do Trabalho. -----

---- Henrique Tato Marinho acha que a Direcção deve traçar algumas linhas vermelhas – actos próprios, representação, Luís Guedes Carvalho pergunta se a queixa da DGERT deveria ser feita a nível nacional ou a nível europeu. -----

---- Jorge Cancela refere que a carta da DGERT levantou até a questão da situação poder ser inconstitucional haver uns direitos para uns e para outros, com obrigações equivalentes, não haver iguais direitos. Deixa a sugestão que no lançamento de concursos, para se garantir que os projectos sejam executados por Arquitectos Paisagistas, devem ser designados Projectos de espaços exteriores de arquitectura paisagista. -----

---- Paula Simões sugeriu que, se quisermos avançar com esta queixa, pedir o apoio da IFLA. -----

---- Margarida Cancela d'Abreu, responde que numa primeira fase seria uma queixa nacional, ao ministério. Se não tivesse resultado, então avançar para instâncias europeias. -----

---- João Rodrigues manifestou o seu apoio ao processo jurídico e ao avanço no acordo com a Ordem dos Arquitectos. -----

---- Jorge Cancela pediu ainda a Graça Saraiva para, já fora da ordem dos trabalhos, que apresentasse a sua proposta. -----

---- Graça Saraiva, pegando na sugestão de Margarida Cancela d'Abreu, propõe um voto de louvor à Direcção. -----

---- Jorge Cancela reforça o louvor com referência ao trabalho notável desenvolvido por Margarida Cancela d'Abreu a nível internacional. -----

---- A título informativo Margarida Cancela d'Abreu na inauguração da Casa do Jardim da Estrela o presidente da CM Lisboa referiu que a casa é para cultura e ambiente. Recordou-se na altura que foi preparado um protocolo em que seria cedida uma sala à APAP/Associação dos Jardins Históricos e poderíamos em contrapartida, por exemplo, dar formação a jardineiros. A APAP poderia ir promovendo acções de formação naquele espaço. -----

**ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DOS ARQUITECTOS PAISAGISTAS**

N.I.P.C. 501 821 457  
Tapada da Ajuda, n.º 33  
1349-017 Lisboa

---- Foi deliberado por unanimidade dos Associados presentes, conferir um voto de confiança aos membros da Mesa da Assembleia para elaborar a acta da presente reunião. -----

---- Pelas doze horas e trinta e quatro minutos, não havendo outros assuntos a tratar, o Presidente da Mesa deu por encerrada a reunião da Assembleia Geral, dela se lavrando a presente acta que, depois de lida, vai ser assinada pelo Presidente da Mesa e pelos dois Secretários presentes em sinal de concordância com o seu teor. -----



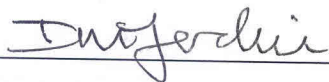
---

(Arq.º Paisagista Jorge Cancela)



---

(Arq.º Paisagista Francisco Caldeira Cabral)



---

(Arq.<sup>a</sup> Paisagista Inês Jardim)